



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

**Disciplina: AUP 840 - O MERCADO E O ESTADO NA ORGANIZAÇÃO
DA PRODUÇÃO. O caso brasileiro: acumulação entravada**

**Docentes: Prof^o Dr^o. Csaba Deák
Prof^a. Dr^a. Sueli Schiffer**

**O CONCEITO DE REVOLUÇÃO BURGUESA E A REVOLUÇÃO
BURGUESA NO BRASIL**

<p>Lucimara Flávio dos Reis N^o USP: 3006401 Aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana</p>

São Paulo, Julho de 2008

Resumo

O objetivo desta monografia é compreender como se dá o processo da revolução burguesa no Brasil, de acordo com o clássico trabalho de Florestan Fernandes. Para tanto, identificamos a evolução do conceito de revolução, utilizado desde o século XVI e, posteriormente, fixado no paradigma francês de 1789 e nas proposições de Marx e Lênin, dele decorrentes.

No primeiro quartel do século XX, no bojo das discussões da Internacional Comunista, a problematização do conceito de Revolução Burguesa chega ao Brasil e nas décadas consecutivas, através principalmente do Partido Comunista Brasileiro, a discussão ganha contornos acadêmicos. Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, o grupo dos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, seriam alguns dos nomes importantes a considerar as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo nacional que, liderado por uma burguesia subordinada e dependente, teria condenado o país, até então, a uma situação de igual dependência. Florestan Fernandes se destacaria dentre esses grandes pensadores do Brasil, a nosso ver, porque além de se propor a entender os processos que conduziram o país à modernidade capitalista e às especificidades desse capitalismo “autocrático”, apontou as tendências e caminhos para a superação dessa formação econômico-social em nosso país, processo este, que estaria em curso nos dias de hoje.

Introdução: Evolução Histórica Do Conceito

O tema da revolução burguesa já foi amplamente discutido, mas, atualmente é tratado com pouca frequência na academia, embora seja entendido como um conceito fundamental para o entendimento do mundo moderno. Tendo em vista análises e proposições que refletem a história e as formas que assumem o Estado, bem como a compreensão das relações de reciprocidade entre a sociedade e as instituições políticas, o conceito envolve a discussão de problemas históricos relacionados às transformações da sociedade, desde a constituição de estruturas de classes sociais até a organização dos Estados Nacionais e a especificidade das vias

de desenvolvimento.

Historicamente o uso do conceito “revolução” passa por diversos registros e somente adquire o sentido que hodiernamente atribuímos a ele após o período das grandes Revoluções Inglesa e Francesa. Antes disso, desde o século XVI era usado pelas ciências naturais, em particular pela astronomia, em referência ao movimento cíclico dos astros e só ganha conotação política no século XVII, quando passa a ser usado com o sentido de uma volta a um estado anterior. É desse modo que Hannah Arendt nos apresenta a Revolução Inglesa de 1688: esta teria representado uma revolução de fato, marcando a restauração da ordem monárquica e o fim de uma época de turbulências.

"Portanto, a palavra foi inicialmente usada não quanto àquilo que denominamos revolução que rebentou na Inglaterra, e Cromwell assumiu a primeira ditadura revolucionária, mas, ao contrário, em 1660, após a derrubada do Parlamento, e por ocasião da restauração da monarquia. Precisamente com o mesmo sentido, a palavra foi usada em 1688, quando os Stuarts foram expulsos e o poder real foi transferido para Guilherme e Maria. A Revolução Gloriosa, o acontecimento em que, muito paradoxalmente, o termo encontrou guarida definitivamente na linguagem histórica e política, não foi entendida, de forma alguma como revolução, mas como uma reintegração do poder monárquico à sua antiga glória e honradez".¹

Vinculada à idéia de ruptura drástica, a concepção de "revolução" se enraíza após a Revolução Francesa de 1789, elevando os valores burgueses de igualdade e liberdade ao âmbito político, adquirindo um caráter de mudança brusca concentrada em espaço de tempo curto e, por fim, construindo um estado de coisas inteiramente novo. Aqui a Tomada da Bastilha, em 14 de julho do referido ano, é tida como o marco histórico, a partir do qual se desenvolvem as mudanças drásticas reconhecidamente vinculadas àquele episódio e que marcaria a ruptura com a antiga ordem social: a abolição dos privilégios da nobreza, a instauração do poder temporal, as noções de respeito aos direitos do homem e do cidadão, etc. Esse se transformaria no paradigma ocidental da Revolução Burguesa e teria como

¹ Arendt, 1988, p. 34.

protagonistas a burguesia revolucionária e o povo, seu aliado. Essa nova compreensão do conceito teria grande influência intelectual para teóricos, políticos e movimentos socialistas nos séculos XIX e XX.

Revolução Burguesa: o Paradigma Francês

Inspirados nas revoluções que tomaram vulto nos séculos XVIII e XIX surgiram propostas transformadoras da ordem social, no sentido de uma via revolucionária socialista. Os dois grandes nomes que se destacam são Marx e Lênin. Trataremos em linhas gerais de suas propostas de compreensão.

Em seus escritos revolucionários, Marx toma a Revolução Francesa como caso exemplar, onde a burguesia revolucionária aliada à plebe realiza uma ruptura completa com o passado destruindo os últimos vestígios do feudalismo. A situação revolucionária teria dado à sociedade francesa a potencialidade de desenvolver plenamente o capitalismo tornando a revolução burguesa o pressuposto (ou etapa anterior) para a revolução socialista. Em linhas gerais, num primeiro momento, as velhas estruturas teriam sido substituídas por novas estruturas levando ao desenvolvimento das forças produtivas e a novas relações de produção que, num momento posterior, acirraria o antagonismo de classe forçando uma nova ruptura em direção ao novo, ao predomínio de uma sociedade plena de igualdade, autonomia e harmonia social. Assim, a revolução burguesa é entendida como pré-requisito para o desenvolvimento pleno do capitalismo e posterior revolução socialista.

É a partir da compreensão da revolução burguesa na França e seus desdobramentos que Marx procura compreender o atraso alemão. Para ele, em meados do século XIX, a Alemanha estaria ainda num estágio feudal, parecido com a situação da França pré-revolucionária e, como veremos, esse atraso criava uma situação *sui generis*. Em várias passagens de sua imensa obra, Marx aponta essa condição peculiar vivida pela Alemanha novecentista, mas é em artigos da Nova Gazeta Renana que o caráter das críticas é sublinhado com maior nitidez.

Ressaltando o pan-europismo das Revoluções Inglesa e Francesa, dizia ser estas a vitória não de uma classe determinada sobre o antigo sistema, mas a

mudança para um sistema político válido para a nova sociedade europeia. Segundo ele,

"Não há nada disto na revolução de Março na Prússia. (...) Longe de ser uma revolução europeia, não passava do eco enfraquecido duma revolução europeia num país atrasado. (...) A revolução de Março na Prússia nem sequer era nacional, alemã, era, desde a origem, provincial, prussiana. As insurreições de Viena, de Cassel, de Munique, levantamentos provinciais de toda a espécie a acompanhavam e lhe disputavam o primeiro lugar. (...) A burguesia prussiana não era a burguesia francesa de 1789, a classe que, face aos representantes da antiga sociedade, da realeza e da aristocracia, encarnava por si só toda a sociedade moderna. Descida à condição de uma espécie de casta (...), longe de representar uma categoria social do antigo Estado que tivesse conseguido romper, ela tinha sido lançada por um tremor de terra à superfície do novo Estado, mostrando os dentes aos de cima, tremendo perante os de baixo, egoísta face a ambos e consciente desse egoísmo, revolucionária contra os conservadores, conservadora contra os revolucionários, desconfiada das suas próprias palavras de ordem, fabricando frases em vez de criar idéias, intimidada pela tempestade universal, mas explorando essa tempestade (...), sem iniciativa, sem fé nem em si própria nem no povo, sem vocação histórica - um velho maldito, sem olhos, sem ouvidos, sem dentes, sem nada, voltado a guiar e a desencaminhar em função dos seus interesses caducos os primeiros impulsos juvenis de um povo robusto - tal era a burguesia prussiana quando após a revolução de Março se encontrou no limiar do Estado da Prússia".²

A burguesia alemã não estava disposta a desempenhar um papel revolucionário e de liderança, como havia sido na França. Sendo assim, parecia impossível uma revolução tipicamente burguesa e, diante dessa situação, Marx aventa para duas possibilidades: a "contra-revolução feudal absolutista ou revolução

² Artigo de 11 de Dezembro de 1848 para a *Nova Gazeta Renana*. In: Marx, 1987, p. 44

social-republicana."³ A primeira manteria o estado de coisas e, portanto, o atraso em relação ao resto da Europa, e a segunda abre a perspectiva de uma revolução abrupta, conduzida pela camada mais progressista da sociedade alemã.

*“Coloca-se a possibilidade de a revolução burguesa se fazer seguir pela revolução proletária, como dois momentos de um mesmo processo ininterrupto, ou de o desencadeamento da revolução burguesa se desdobrar, em seguida e em continuidade, em revolução socialista — uma revolução permanente”.*⁴

Através de diferentes concepções referenciadas nas análises sobre a Alemanha e a Revolução Francesa, as proposições de Marx acerca das possibilidades do movimento revolucionário seriam retomadas e re-elaboradas no início do século XX, principalmente por marxistas russos. Em geral essas “novas” proposições delineavam um programa de transformação daquela sociedade, mas rapidamente se generalizou para outros países ligados ao Partido Comunista Internacional e, a partir daí, polarizariam o debate na esquerda mundial através dos Congressos da Internacional.

No início do século XX, a preocupação básica dos comunistas russos era quanto ao desenvolvimento capitalista realizado através da aliança entre burguesia e o Estado Czarista e a superação desse tipo de revolução burguesa. Em 1917, Lênin divulga as famosas teses⁵ que subverteram a posição do seu partido diante da revolução. Negando a viabilidade do controle revolucionário do poder pela débil burguesia, ele levanta o problema da transformação do papel do proletariado na revolução e da tomada do poder pelas classes trabalhadoras.

Lênin percebe que o processo, já em curso na Rússia, significava a continuidade do legado autocrático ou, em outras palavras, de modernização conservadora: o poder continuaria nas mãos da família imperial, dos nobres e da burguesia reacionária, o que não favorecia, de modo algum, ao proletariado e aos

³ Marx, 1987, p. 66.

⁴ Segatto. 1999

⁵ Aqui nos referimos às “Teses de Abril”, as conhecidas seis proposições de Lenin para a Revolução. Conf. Lenin. As Tarefas do Proletariado na Presente Revolução. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/04_teses.htm

camponeses. Como alternativa, propõe a realização de uma revolução burguesa democrática conduzida pelo povo, uma vez que a burguesia russa, por sua ligação com a aristocracia, seria incapaz de liderar o processo. Essa possibilidade:

“ao bloquear o caminho asiático ou a via prussiana, não só permitiria o rápido desenvolvimento do capitalismo e a formação de um proletariado robusto, mas criaria condições bem mais favoráveis para suas lutas e organização e seria o caminho mais seguro para o socialismo.”⁶

No entanto, dadas as condições sócio-políticas, a revolução socialista de fato viria em decorrência da revolução burguesa_ responsável pela instauração da ordem social competitiva_ apresentando-se como dois eventos encadeados, mas em etapas distintas.

Revolução Burguesa na Periferia

A partir da década de 1920, as proposições leninistas sobre a revolução burguesa seriam adaptadas pela Internacional Comunista aos países da periferia capitalista.

Partindo do pressuposto de que, naqueles países recém saídos da condição de colônia, a revolução não estava na sua etapa socialista, o processo revolucionário deveria ser realizado em etapas sucessivas, sendo que a próxima seria a da revolução burguesa democrática. Como ocorrido na França, para Marx, a Revolução Burguesa eliminaria os entraves ao pleno desenvolvimento capitalista e permitiria a constituição do proletariado como classe social. Por outro lado, diferentemente do ocorrido na Prússia, esse movimento revolucionário seria fortalecido pela noção de autonomia nacional, acentuando a relação inversa entre o desenvolvimento das forças produtivas e o monopólio da terra, de modo que o processo revolucionário estaria ligado necessariamente à luta antiimperialista e antifeudal.

Para levar a cabo essa etapa da revolução, seria necessária uma aliança entre os trabalhadores urbanos e rurais. Essa aliança poderia também contar com o apoio

⁶ Lênin. 1980, p. 30

de uma burguesia autônoma alinhada aos interesses nacionais e disposta a abrir mão de seus privilégios históricos, o que dificilmente ocorreria nos países dependentes.

Revolução Burguesa No Brasil

A partir da década de 1920, introduzida como projeto político pelo Partido Comunista, o tema da revolução burguesa passa a ser amplamente discutido no Brasil, por diversos setores da sociedade preocupados com o desenvolvimento do país. Embora partindo das mais variadas concepções, às quais se destacava a abordagem leninista antiimperialista a que já nos referimos, esses propositores dividiam a preocupação de interpretar e intervir no processo histórico em desenvolvimento.

A discussão continua nas décadas seguintes e começa a ganhar os bancos universitários envolvendo diferentes compreensões quanto aos rumos e particularidades do processo. Dentre esses pensadores, destacam-se Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Luis Werneck Vianna, Otávio Ianni, Florestan Fernandes, dentre outros. Naturalmente podem diferir em suas abordagens sobre o tema em questão, no entanto, dentre os citados, o que os liga é o fato de assumirem uma postura crítica, mas propositiva, em relação às discussões suscitadas pela Internacional Comunista no bojo da teoria marxista-leninista. Além disso, é importante lembrar, apontaram características essenciais comuns da revolução burguesa no Brasil, que, em linhas gerais, teria sido um processo lento, iniciado em fins do século XIX, teria ganhado impulso com a industrialização, a partir da década de trinta do século XX, e teria traços marcadamente excludentes e autoritários.

No entanto, como nos lembra Coutinho,

“não são muitos os pensadores sociais que formularam, em suas obras, o que poderíamos chamar de uma "imagem do Brasil". Imagens desse tipo articulam sempre juízos de fato com juízos de valor, na medida em que não se limitam a fornecer indicações para a apreensão de problemas específicos da vida social de nosso País, mas se propõem - para além e/ou a partir disso - a nos

dar uma visão de conjunto, que implica não só a compreensão de nosso passado histórico, mas também o uso dessa compreensão para entender o presente e, mais do que isso, para indicar perspectivas para o futuro.”⁷

É por isso, que, embora entendendo a extensão da importância de cada um desses pensadores acima citados, nos propusemos a desenvolver a compreensão de Florestan Fernandes acerca do desenrolar da Revolução Burguesa no Brasil, por sua valiosa e vasta produção teórica, pela “imagem do Brasil” que ela nos fornece e, principalmente, pelas alternativas de desenvolvimento e conclusão que ela vislumbra.

Florestan Fernandes e A Revolução Burguesa no Brasil

Como outros autores, Florestan Fernandes analisa a revolução burguesa no Brasil, também, como um processo histórico de longo prazo. Para o autor, ela teria se iniciado no processo de Independência e se estendido até a contra-revolução de 1964, em um processo de "emergência e consolidação do capitalismo", de "desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação da sociedade de classes". Não teria se dado, portanto, como nos países centrais, mas num tipo peculiar de desenvolvimento capitalista, marcadamente subordinado e dependente. Esse traço particular tornava difícil a revolução burguesa transformada num processo retardatário travestido, quase sempre, de contra-revolução permanente. O subdesenvolvimento brasileiro teria se originado na incapacidade da burguesia nacional, dadas as circunstâncias históricas e societárias em que se inscrevia, em se tornar artífice um padrão de crescimento econômico capaz de conciliar desenvolvimento material, soberania nacional e democracia. Nesse ambiente sui generis,

"a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da 'revolução nacional e democrática', mas do capitalismo

⁷ Coutinho

dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe".⁸

Embora essa interpretação tenha sido construída a partir do conceito leninista de imperialismo ela vai além ao propor que, nessa sociedade peculiar não mais existiria diferenciação entre uma burguesia agrário-mercantil aliada ao imperialismo e uma burguesia progressista industrial, como nas interpretações do Partido Comunista e seu desdobramento em Caio Prado Júnior e no ISEB. A burguesia aqui passa a ser entendida como dependente do capital externo, ao qual se associa no intuito de se apropriar de parte do excedente tirado do produto nacional que, de qualquer modo, seria expatriado através das relações mercantis internacionais. Como vemos, o foco da análise muda substancialmente com a introdução de explicações de conteúdos mais político-sociológicos, procurando, de forma abrangente e complexa, estabelecer relações entre industrialização, desenvolvimento e a peculiaridade do capitalismo brasileiro, sobremaneira marcado por complexas relações de classes.

No Brasil de Florestan, o capitalismo teria assumido então a forma de um “capitalismo dependente”, que seria “a forma periférica e dependente do capitalismo monopolista” e teria emergido a partir de um processo de revolução burguesa peculiar, no qual o capitalismo teria sido introduzido antes da constituição da ordem social competitiva, perenizando, conforme a conveniência das elites, a pobreza e o dualismo estrutural. Assim, o desencadeamento da revolução burguesa nessa sociedade onde as classes dominantes detinham monopólio da força política provocaria, então, a “modernização do arcaico” ou a “arcaização do moderno”. O atraso teria sido convertido em ferramenta crucial para a operacionalização do moderno.

A especificidade deste processo revolucionário burguês periférico teria como corolário a perpetuação crônica de: 1) uma dinâmica de subordinação externa e, 2) grandes assimetrias sociais. Estas duas mazelas, que podemos chamar de “dupla articulação”, assumem na obra de Florestan o posto de requisitos estruturais ao padrão de crescimento em questão, mas a opção por tal padrão só é suscitada pela

⁸ Fernandes, Florestan. 1976. p. 214

extrema debilidade da dinâmica interna de conflito entre as classes, permitindo que a burguesia optasse, ainda que apenas tacitamente, pelo subdesenvolvimento como forma de fuga para frente. Como conseqüência, o subdesenvolvimento surgiria e se manteria como uma escolha, se não realizada, pelo menos aceita socialmente. E, para ser condenado e superado, dependeria de outras escolhas da mesma natureza.

Portanto, a essência do subdesenvolvimento, em Florestan, é de caráter sócio-político. Sem que a burguesia periférica tenha a possibilidade política de impor seus interesses particularistas a uma maioria impotente, o capitalismo dependente torna-se uma espécie de não-opção histórica. No entanto, se a revolução política, desencadeada pela emancipação nacional, fosse também uma revolução econômica e social, as coisas teriam se passado de outro modo.

A perspectiva teórica inovadora adotada por Florestan, centrada nas peculiaridades sócio-políticas das sociedades periféricas e subdesenvolvidas, e não em suas singularidades econômicas, permitiu que o autor esboçasse previsões, ainda nos anos 1960 e 1970, acerca dos dilemas e das fontes de vitalidade que caracterizariam a sociedade brasileira nas décadas de 1980, 1990 e 2000. Algumas de suas hipóteses se revelariam profundamente lúcidas.

Para Florestan, a própria dinâmica do capitalismo dependente conteria o agente de sua negação. Ao levar a cabo seu projeto de industrialização acelerada, alicerçado na “dupla articulação”, as elites brasileiras patrocinarium um contínuo processo de urbanização e unificação do território e do mercado nacionais e, como uma espécie de efeito colateral imprevisto, este processo engendraria levas sucessivas de diferenciação das posições e interesse de classe.

Neste meio tempo, a própria pujança do padrão de crescimento sob a “dupla articulação” multiplicaria, progressivamente, os mais diversos sintomas negativos do acirramento da dependência, configurando um “processo sem fim de drenagem, agora não só do excedente econômico, mas de todas as forças econômicas vivas, reais ou potenciais, materiais ou humanas, essenciais ou secundárias”.

Germinaria, dessas situações apontadas, um ambiente propício a: (1) uma crise de hegemonia burguesa e, (2) a emergência das classes assalariadas, em geral, e dos operários urbanos, em particular, como atores proeminentes na arena política

nacional.⁹ Assim, com base na teoria de Florestan, era possível prever, em plenos anos 1960, “o advento de uma era na qual a política terá, como fator de mudança (e presumivelmente de ‘mudança provocada e orientada’), uma importância análoga à que já teve, no passado, como fator de estabilidade.”¹⁰

Munido do esquema analítico que propôs, Florestan foi capaz de estimar o tempo que seria necessário para que a “dupla articulação” entrasse em crise enquanto projeto político, com a ascensão dos assalariados enquanto força política expressiva. Isto ocorreria, à luz de seu esquema, exatamente no momento do ápice do “capitalismo dependente” enquanto forma de articulação dependente e periférica da economia brasileira. Note que em um texto de 1968, Florestan estimava que seria necessário entre 25 e 50 anos para que a “fase de integração da sociedade de classes” se concluísse¹¹. Ou seja, o período entre 1991 e 2016 testemunharia a crise derradeira do “capitalismo dependente”.

Ao longo das duas décadas que se seguiram à publicação de “A Revolução Burguesa no Brasil”, Florestan continuou seu esforço de compreensão do “capitalismo dependente”. Pouco antes de seu falecimento, reiterava sua fé nas tendências de longo prazo que estabelecera nos anos 1960 e 1970. Em um de seus últimos artigos, sentenciava que “o passado morreu, embora permaneça insepulto”.¹²

Sendo mais específico,

“A característica da situação atual (em 1994) procede do ímpeto da história dos de baixo. ...o que sinaliza o fim próximo da “pré-história” brasileira. A fórmula ‘Ordem e Progresso’ desvanece-se como referencial, o que ilumina o cenário explosivo dos conflitos de classes e a emergência da nação como entidade inclusiva da história em processo. A

⁹ Como sintetiza o próprio autor, “[...] o clímax industrial da Revolução Burguesa traz consigo o fortalecimento do poder burguês e da dominação burguesa. Mas, ao preço de transformações estruturais da economia capitalista e da organização da sociedade de classes que, a médio e a longo prazos, terão de minar extensa e profundamente o monopólio do poder econômico, social e político da burguesia” e, assim, “Pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil, os assalariados, em geral, e as classes operárias, em particular, deixarão de ser meros instrumentos e vítimas mudas passivas do desenvolvimento capitalista. E pela primeira vez poderão fazer pressões para que o desenvolvimento capitalista também se adapte às suas necessidades, aos seus interesses e às suas aspirações como e enquanto classe. Esta é a única via pela qual o desenvolvimento capitalista pode adquirir algumas facetas nacionais e democráticas [...]” (Fernandes, 1975, cap. 6)

¹⁰ Fernandes, 1976, p. 164

¹¹ A citação é a seguinte: “... ao que parece esse impasse será superado dentro de um espaço de tempo variável, de vinte e cinco a cinquenta anos, que é o quanto poderá durar, historicamente, a fase de integração da sociedade nacional que estamos atravessando.” (Fernandes, 1968, p. 160)

¹² Fernandes, 1994

*reviravolta é lenta, mas inexorável. A 'gentinha' penetra a sociedade civil e volta-se do presente para o futuro.*¹³

Referências bibliográficas

- ARENDT**, H. Da revolução. São Paulo: Ática, 1988.
- COUTINHO**, C. N. A democracia como valor universal. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- COUTINHO**, C. N. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes.
- DEÁK**, Csaba. (1991). "Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80", in Espaço e Debates, ano XVI, n.º 32
- FERNANDES**, F. A revolução burguesa no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERNANDES**, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina, São Paulo, Zahar. 1975
- _____ Brasil: em Compasso de Espera, Pequenos Escritos Políticos
- _____ Correntes da História. Folha de São Paulo, Opinião, 23 de Maio de 1994.
- IANNI**, O. O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LENIN**, V.I. O programa agrário da Social-Democracia na primeira revolução russa de 1905-1907. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- LIMOEIRO-CARDOSO**, Miriam. Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes. www.iea.usp.br/artigos
- KORSCH**, Karl. Marxisme et Contre-Revolution", Editions du Seuil, Paris, 1975.
- MARX**, K. A burguesia e a contra-revolução. São Paulo: Ensaio, 1987.
- MARX, K. e ENGELS**, F. "Manifesto do Partido Comunista". URSS: Edições Progresso, 1987.
- PRADO JR.**, C. A revolução brasileira. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- SEGATTO**, José Antonio. Revolução e história – Gramsci e o Brasil. 1999
- SODRÉ**, N. W. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- VIANNA**, L. W. A Revolução Passiva. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

¹³ Fernandes, 1994